

Aula de Filosofia e avaliação Class of Philosophy and evaluation

Katiuska Izaguirry MARÇAL¹
Elisete M. TOMAZETTP²

RESUMO: O debate em torno do ensino da Filosofia cresce e se reforça, especialmente depois da efetivação legal da disciplina, no ensino básico brasileiro. Apesar do movimento crescente de discussões sobre metodologias, didáticas, ensino e aprendizagem, a questão da avaliação em Filosofia, no Ensino Médio, ainda é assunto incipiente, senão inexistente, tanto nas escolas básicas como nas licenciaturas, afora a falta de literatura para esta discussão. Entendemos, portanto, que a avaliação em Filosofia constitui temática pouco explorada e, por isso mesmo, muito fértil enquanto pauta para as questões de ensino da Filosofia. O presente texto tem por objetivo delinear e analisar as formas de avaliação mais recorrentes na prática pedagógica do professor de Filosofia do Ensino Médio. Por conseguinte, questiona a relação entre formação inicial dos professores e cultura escolar. A análise tem por base entrevistas individuais realizadas com professores da rede pública de ensino, assim como o relato etnográfico elaborado a partir da observação em uma turma de Ensino Médio. Os dados constituem parte do Projeto de Pesquisa *Filosofia, Cultura Juvenil e Ensino Médio*, desenvolvido entre 2004 e 2009, na Universidade Federal de Santa Maria – RS.

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação. Filosofia. Ensino Médio.

INTRODUÇÃO

O debate em torno do ensino da Filosofia cresce e se reforça, especialmente depois da efetivação legal da disciplina no ensino básico brasileiro, através da assinatura da Lei 11.684, pelo vice-presidente da República José Alencar, em junho de 2008. Para o grupo de pesquisa, foi possível perceber esse movimento desde meados do ano de 2004, quando entrava em pauta a inclusão de conteúdos de Filosofia, nos processos seletivos da Universidade Federal de Santa Maria – Programa de Ingresso ao Ensino Superior -PEIES³ – e vestibular. Além disso, há pelo menos cinco anos, discussões sobre metodologias, didáticas, ensino e aprendizagem da Filosofia passaram a fazer parte, de forma mais efetiva, tanto dos cursos formadores de professores como de eventos sobre Filosofia e Educação e das publicações específicas da área. Contudo, a questão da avaliação em Filosofia, no Ensino Médio, ainda é

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria – PPGE/UFSM. CEP: 97105-900. Santa Maria, RS, Brasil.

² Professora/orientadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria – PPGE/UFSM. CEP: 97105-900. Santa Maria, RS, Brasil.

³ O PEIES (Programa de Ingresso ao Ensino Superior) constitui um processo de seleção alternativo ao vestibular e que oferece provas ao final de cada ano letivo do Ensino Médio. As provas baseiam-se em uma listagem de conteúdos previamente estabelecida e distribuída nas escolas afiliadas ao programa.

assunto incipiente, senão inexistente, tanto nas escolas básicas como nas próprias licenciaturas – e sequer enfatizaremos a escassa literatura relativa a essa discussão, no Brasil. Nesse sentido, entendemos que a avaliação em Filosofia constitui uma temática pouco explorada e, por isso mesmo, necessária e urgente no âmbito das questões de ensino da Filosofia.

Este texto tem como objetivo delinear e analisar as formas de avaliação mais recorrentes na prática pedagógica dos professores de Filosofia do Ensino Médio que concederam entrevistas para a nossa investigação. Por consequência, referirá também os espaços de formação docente que, conforme concluímos, estão isentos desse debate. Apresenta ainda o relato etnográfico elaborado a partir da observação em uma turma de Ensino Médio do Colégio Técnico Industrial de Santa Maria (CTISM). Esses dados constituem parte do Projeto de Pesquisa *Filosofia, Cultura Juvenil e Ensino Médio*, o qual se desenvolveu entre 2004 e 2009, na Universidade Federal de Santa Maria – RS.

FORMAÇÃO DOCENTE E CULTURA ESCOLAR

Durante o ano de 2008, analisamos entrevistas realizadas com professores de Filosofia de escolas da rede pública estadual de Ensino Médio da cidade de Santa Maria. Foram entrevistas semiestruturadas, com trinta (30) questões previamente estabelecidas pelo grupo de pesquisa. Durante a realização das entrevistas, pontos obscuros ou interessantes relatados pelos professores eram retomados com novas perguntas. As questões foram dispostas em quatro eixos: 1. *Relação do professor com a disciplina*; 2. *Metodologia* – dentro do qual se previu a descrição das formas de avaliação comumente empregadas por esses professores; 3. *Percepção sobre os alunos*; 4. *Filosofia no Programa de Ingresso ao Ensino Superior (PEIES) e no Vestibular*. Nessas entrevistas, os professores discorreram sobre suas concepções de Filosofia, suas práticas, sua relação com os jovens alunos, além dos aspectos institucionais da disciplina, especialmente em nossa região. A partir dessas falas, inferimos alguns dos aspectos que nos interessam para a presente discussão.

Em primeiro lugar, percebe-se uma concepção bastante restrita de avaliação. Os professores entrevistados indicam como melhores formas de avaliar o aprendizado de seus alunos certos instrumentos, apresentados em momentos específicos. Em outras palavras: a avaliação restringe-se a trabalhos e atividades que visam a estabelecer os níveis de conhecimentos adquiridos, em referência a um corpo de conteúdos pré-estabelecido, e normalmente atende ao cronograma letivo (por exemplo: provas bimestrais, recuperação semestral, “trabalhinhos” semanais etc.). Constatamos, entretanto, que a prova certamente não é o único instrumento avaliativo considerado pelos professores, talvez nem seja o mais relevante. As formas avaliativas, assim como as demais práticas pedagógicas, tendem a sustentar-se em

discursos que apontam a importância da “democratização” e da socialização do conhecimento para os estudantes. Trabalhos coletivos ou atividades que privilegiem a participação oral e opinativa são exemplos dessa concepção. Por outro lado, tais práticas avaliativas, quando observadas na perspectiva específica da disciplina Filosofia, tomam caracteres que denotam a concepção que esses educadores formam a respeito da própria Filosofia, qual seja, a de disciplina que proporcionaria certa autonomia crítica e criativa. No entanto, a avaliação ainda faz parte de uma cultura e um discurso escolar dominante e, nesse sentido, constitui, primordialmente, um dispositivo de controle e disciplinamento, antes mesmo de ser um agente positivo no processo de aprendizagem. Por isso mesmo, ainda se ouvem alguns desses professores justificarem o uso de provas e trabalhos, porque têm muitas turmas ou porque devem seguir as normas da escola.

De acordo com as informações desses docentes, a avaliação em Filosofia baseia-se principalmente em *trabalhos escritos*. Há professores que afirmam dar *provas* por terem muitas turmas, mas também há aqueles que dizem avaliar conforme o nível de aprendizagem ou a criatividade de cada aluno. Também são citados *trabalhos em grupos, pesquisa e debate*. Não obstante essa variedade de opções pode-se inferir que a possibilidade de averiguação da aprendizagem, em Filosofia, acontece primordialmente através de atividade de leitura e de escrita dos estudantes. Segundo um dos professores entrevistados:

A melhor forma [...] pra você melhor identificar se houve realmente compreensão, se a pessoa tem a Filosofia como pressuposto e tal, é quando a pessoa expressa isso através de um texto. Então, sempre nas provas que eu faço, além das questões que são mais, digamos assim, de conceitos, de memória [...] tem algumas questões [...] que tem que elaborar um texto em poucas linhas, mas enfim, tem que tentar justificar ou se posicionar sobre determinados assuntos com argumentos que se estudou em aula e tal. (INFORMAÇÃO VERBAL).⁴

Pensamos que muito provavelmente essa forma de compreender a Filosofia tem origem na tradicional formação inicial desses professores. Não é desconhecida a grande influência da tradição uspiana, no desenvolvimento dos modos de “fazer Filosofia” da academia brasileira em geral. Esse modelo metodológico é devedor da missão francesa que chega à USP, na década de 40 do século XX, e que de uma maneira ou de outra, é parâmetro para os cursos superiores do país inteiro. Conforme Paulo Arantes (1994, p. 800), a Filosofia em moldes franceses, na USP, priorizou os “[...] métodos miúdos da explicação de texto [...]” e tornou-se a Filosofia universitária “[...] mais rigorosa e politicamente avançada.” Caracterizou-se pela ênfase na leitura e interpretação de textos clássicos, tendo a História da Filosofia como elemento norteador. Sob essas condições, os cursos de licenciatura

⁴ A fim de ilustrar nossas reflexões, ao longo do texto exporemos alguns trechos das entrevistas concedidas pelos professores, como exemplares.

em Filosofia têm tradicionalmente seu currículo desenvolvido em torno dos grandes períodos históricos e dos temas que demarcaram tais períodos. No âmbito dos processos avaliativos nos interior desses cursos, assumiram as mesmas características legadas pela tradição uspiana.

A consequência, em grande medida, no Ensino Médio, é o desenvolvimento de uma Filosofia que reverencia personalidades, é ensinada segundo uma linha temporal e histórica, pois sempre se inicia em um tempo mítico, “pré-filosófico”, passa-se muito tempo em torno da Filosofia moderna e raramente se chega aos filósofos e problemas filosóficos contemporâneos e, apesar de nem sempre possibilitar o acesso ao texto clássico, entende que a leitura e a escrita são os modos fundamentais do fazer filosófico.

A utilização do texto clássico filosófico na aula de Filosofia é muito incipiente, nas escolas investigadas. Trata-se de uma questão importante a ser problematizada no âmbito das produções da área. É preciso sinalizar-se a importância de sua presença, enquanto fragmentos, na aula, mas não desconhecendo as dificuldades de acesso dos estudantes e, ao mesmo tempo, o auxílio de outras formas de linguagem que não apenas a escrita.

Em contrapartida, nossos entrevistados demonstram uma preocupação interessante com relação às perspectivas de seus alunos. É constante, em suas falas, a referência ao *pensamento autônomo*, à formação de opinião crítica, enfim, termos clichês, mas que denotam ainda assim uma perspectiva educacional que tende a interessar-se por aquele que deve aprender – o aluno. Ressaltamos, nesse sentido, o cuidado desses professores com relação ao perigo da mera reprodução de textos, em suas aulas.

Os professores que participaram da pesquisa têm em comum sua formação inicial: quatro fizeram graduação na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e dois (02) na Universidade Franciscana (UNIFRA). Todos possuem no mínimo cinco anos de experiência docente, em escolas da rede pública da cidade de Santa Maria⁵. Certamente participaram ou pelo menos sabiam dos debates comuns ao ensino de sua disciplina, na cidade. Logo, constituem a amostragem de um corpo docente que comunga determinadas preocupações acerca de sua disciplina. Destacamos, por exemplo, uma discussão ferrenha e contestadora a respeito da inclusão da Filosofia no PEIES e no vestibular da Universidade Federal de Santa Maria e, em contrapartida, a omissão ou marginalização de outras problemáticas, tais como a avaliação, assunto, afinal, pouco denso nas respostas desses professores.

⁵ Realizamos entrevistas individuais semiestruturadas com sete professores. Dada a natureza das entrevistas, não foi possível averiguar a formação inicial de um destes. Outro caso é de um professor que, conforme afirmamos, possui já mais de cinco anos de docência, no entanto, especificamente na disciplina de Filosofia, na época em que foi entrevistado, possuía apenas dois anos de docência.

Por conseguinte, é possível questionar também sobre a relevância da formação docente, na medida em que os cursos de licenciatura podem ser entendidos como reduto privilegiado para a discussão e desenvolvimento teórico e prático das questões escolares. Teme-se, no entanto, que os problemas e dilemas a respeito do que seja uma justa avaliação em Filosofia constituam ainda o cotidiano dos próprios professores dos cursos superiores, sem, contudo, ser objeto de reflexão nesses espaços. Também na academia a avaliação é normalmente concebida como verificação de certo nível de apreensão dos temas e conteúdos desenvolvidos em certo período de tempo (bimestral, semestral); também lá, os critérios de avaliação ficam a cargo de cada docente e nem sempre estão claros para os estudantes; e, conforme já havíamos enfatizado, a parca produção teórica indica que a avaliação em Filosofia não é assunto de projetos de iniciação científica nem de disciplinas específicas, nos cursos de formação.

Sobretudo, o que se percebe nas práticas dos professores entrevistados são ações que perpassam um âmbito mais duro, que é o de sua formação inicial em uma academia ainda pouco familiarizada com as discussões efetivas a respeito do ensino da Filosofia. Mas há ações que procedem dessa vivência mais imediata e também formadora, que é a cultura escolar.

Por *cultura escolar*, entendemos, conforme uma das definições pontuadas por Pérez Gómez (2001, p. 16), que seja “[...] uma coerente rede de significados compartilhados que os indivíduos, em geral, não questionam, e que são admitidas como marcos úteis e presentes nos processos de comunicação.” Ainda nas palavras desse autor:

Os significados se objetivam em comportamentos, em artefatos e em rituais que formam a pele do contexto institucional e que são assumidos como imprescindíveis e inquestionáveis por seu caráter prévio à intervenção dos agentes. (PÉREZ GÓMEZ, 2001, p. 16).

O problema existe, portanto, quando a avaliação, tal como as demais práticas pedagógicas, no modo como funcionam dentro do aparato institucional, não escapa do âmbito da experiência imediata e do senso comum, nem de perspectivas teóricas pautadas em frágeis concepções pedagógicas. Esse é o perigo de se tomar questões que devem ser cuidadosamente refletidas como princípios irrefutáveis. E é o que notamos, nos discursos desses professores que possuem uma perspectiva interessante (avaliações que requerem o ponto de vista de seus alunos), mas acabam por aderir ao já posto (provas conforme o calendário escolar), seja pela comodidade, seja pela falta de aparatos teóricos mais consistentes para refutá-lo.

DA POSSIBILIDADE DA AVALIAÇÃO EM FILOSOFIA

Embora a discussão e a reflexão teórica sobre avaliação ainda sejam superficiais, no âmbito das pesquisas e produções teóricas no campo do ensino da Filosofia, esta constitui uma das problemáticas mais constantes, no cotidiano

escolar. Entretanto, o funcionamento desse sistema impõe demasiada importância à avaliação, sem o devido aprofundamento e esclarecimento. Os estudantes tendem a visualizá-la como fim último de seu processo de aprendizagem – quer as notas finais na escola, quer o resultado nos concursos seletivos. E para os professores, torna-se uma espécie de dilema:

Eu a vida inteira fiz prova de filosofia. Eu acho que é a única maneira de cobrar... Claro que a avaliação toda é errada. Não vai ser numa prova, não vai ser num dia de vestibular que tu vai avaliar um aluno. Mas é a única maneira de se ter certeza de até que ponto um aluno sabe ou não sabe. [...] avaliação é complicado. É uma coisa que me condeno muito, às vezes. Tu lê um texto de um aluno, uma síntese, uma análise de alguma coisa e o que o aluno quis dizer com aquilo. De repente tu entendes outra coisa completamente diferente [...] então é complicado. E eu sempre faço prova, sempre faço teste, faço dissertação de textos pra eles escreverem porque têm dificuldade de botar no papel o que eles pensam então eu cobro dessa maneira. (INFORMAÇÃO VERBAL).

Percebe-se, pois, o embate entre as perspectivas educacionais e filosóficas dos educadores e sua sujeição à sistemática escolar. Essa sujeição torna-se comum, porque o professor não possui o mesmo preparo teórico a respeito de termo tão específico [avaliação escolar e/ou em Filosofia]. Segue-se, também, certa falta de clareza metodológica no preparo dos instrumentos e de seus critérios avaliativos. Segundo outra professora:

[Avalio] pelo que eu conheço do aluno [...] se ele deu mais ou deu menos, se ele fez em cima do laço, se ele copiou, se ele pegou da internet. Então eu avalio isso [...] e o conteúdo, o que tem mais dele ali, o que mais ele copiou, claro que se ele copiou de um filósofo quem sou eu pra dizer que está errado. Não dou errado, mas a valorização do criativo, proporcional. (INFORMAÇÃO VERBAL).

Em decorrência, essas falas geram outra série de questões que merecem nossa atenção. Destacamos, por exemplo, o vocabulário comum a definir e a dicotomizar as formas de avaliação com expressões tais como: *questões objetivas X subjetivas* ou *prova X trabalho*. Vejamos o que a mesma professora diz sobre as formas de avaliação que emprega:

Trabalhos em grupos, debates... Prova tem que fazer. Ai eles querem prova objetiva e como é prova objetiva eu dou consulta ai eles se “ferram” [...]. Não tem muita coisa pra inventar, é pesquisa, muita pesquisa em grupo, pesquisa individual, análise de texto, análise crítica da realidade... (INFORMAÇÃO VERBAL).

A avaliação em Filosofia, segundo esses professores, sugere a preponderância da escrita e se atrela à valorização da subjetividade e da opinião do aluno junto de sua capacidade crítica e/ou tende a privilegiar a capacidade de interpretação do texto. Surge um dilema para o professor: como “medir” a aprendizagem de seu aluno, se o critério é a possibilidade da opinião pessoal, a dita subjetividade? Questionamos

se essa subjetividade não seria antes representada pelos critérios estabelecidos pelo próprio professor. Para tanto, retomamos a exposição de Desidério Murcho (2003) sobre o *mito* da subjetividade ou da objetividade, na avaliação, na qual ele afirma que o teor subjetivo está no peso relativo dado pelo próprio professor aos níveis de acerto de seus alunos. Dessa maneira, mesmo em uma prova de matemática, o nível de importância dado ao resultado em si ou ao processo que levou o estudante a certa conclusão, ao constituir escolha do professor, é subjetivo. De outra forma, há a possibilidade de se estabelecer critérios objetivos e claros para se avaliar um ensaio de Filosofia, por exemplo. Para o professor português:

[...] avaliar correctamente um estudante em Filosofia é uma tarefa tão objectiva quanto avaliar correctamente um estudante de lógica ou matemática. É só uma questão de saber escolher os conteúdos a leccionar, de saber como se fazem perguntas e de saber como se avaliam respostas. Mas tudo isto supõe um domínio sólido da disciplina, uma compreensão abrangente da disciplina e da sua importância. (INFORMAÇÃO VERBAL).

Todavia, quais seriam os critérios que os professores têm estabelecido? Uma das professoras fala de *criatividade* – a mesma, inclusive, que dá “prova objetiva com consulta” – outro fala de *posicionamento pessoal e argumentação*. Todos afirmam pedir textos dissertativos como alternativa à sempre presente prova. Tais afirmações deixam clara uma perspectiva comum: a Filosofia consiste na problematização crítica e autônoma, mas está pautada em um núcleo duro de conhecimentos que devem ser apreendidos pelos alunos e que são passíveis de medição. Porém, o conteúdo pessoal, a opinião crítica, a criação do aluno também deve ser avaliada e constar no boletim escolar. Na verdade, constitui apenas mais uma alternativa de avaliação, que não deixa de servir aos dispositivos mais tradicionais do sistema escolar.

A criatividade e as perspectivas de cada aluno, assim como os conteúdos curriculares, são nivelados e submetidos à média final, isto é, são usados como termos de comparação no todo. As notas, como há muito já se sabe, são dispositivos que apontam os “melhores” e definem a maioria como medíocre. Nesse sentido, conclui-se que a disciplina de Filosofia deixa de ser um espaço para pensar o desenvolvimento filosófico efetivo dos estudantes – como o querem os professores que definem o filosofar como o pensar autônomo e criativo – e passa a constituir apenas mais uma matéria escolar com conteúdos e programa definido. Disciplina que privilegia aqueles que apreendem mais e mais rapidamente, que escrevem e se expressam com maior clareza, em detrimento do desenvolvimento da atividade filosófica, em sua efetividade.

Trata-se de pensar, então, que a avaliação decorre de uma concepção de Filosofia como um pensamento já pensado; como ideias e conceitos que devem ser transmitidos aos alunos de sorte que sua apropriação sirva como elemento deflagrador de um pensar crítico e reflexivo. Sobrevém como decorrência dessa perspectiva, ao professor de Filosofia, a dificuldade de determinar formas de

avaliar os “conteúdos” filosóficos e as manifestações do almejado pensamento crítico de seus alunos.

DO RELATO ETNOGRÁFICO – OS ALUNOS E A AVALIAÇÃO

A proposta de um trabalho de observação participante surgiu no grupo de pesquisa como possibilidade de vivenciar mais de perto o cotidiano escolar e uma aula de Filosofia. Teve-se por pretensão conhecer esse cotidiano, através dos diferentes tempos e espaços escolares, assim como descrever e compreender as diferentes relações que são vividas na escola pelos diversos atores, prioritariamente focando as relações entre as culturas juvenis, a cultura escolar e a cultura acadêmica – especialmente a Filosofia. As análises pautam-se sobre um diário etnográfico rico em detalhes e situações presenciadas em dois semestres letivos. A observação foi realizada no Colégio Técnico Industrial de Santa Maria (CTISM), em uma turma de Ensino Médio Integrado de Eletrotécnica. O período de observações se estendeu entre 27 de junho de 2007 e 17 de julho de 2008 (cerca de trinta manhãs, entre o segundo semestre de 2007 e o primeiro de 2008), em que uma mesma turma foi observada, na 1ª e depois, na 2ª série do Ensino Médio.

É preciso destacar que o colégio técnico representa uma realidade diferente das demais escolas investigadas. Significa, por conseguinte, uma forma de contraste entre a escola pública da rede estadual, abarcadora de um público juvenil que provém de condições e espaços socioeconômicos os mais variados e uma escola pública federal, ligada ao ensino superior, pautada sobre a formação profissionalizante e que tem seu público selecionado através de exame de ingresso. No entanto, essa condição não significou diferenças drásticas, seja nas práticas cotidianas e pedagógicas dos professores, seja nas reações dos estudantes a tais práticas. Compreenda-se, pois, que a diferença que se ressalta não diz respeito tanto a uma vantagem intelectual ou mesmo socioeconômica, mas antes, à diversidade de objetivos (dada a variedade cultural e de metas de vida) encontrada nas demais escolas e que, de alguma maneira, é nivelada no CTISM.

Através dessa atividade, tivemos a oportunidade de observar aulas de outras disciplinas, além da Filosofia. Relativamente à avaliação, mais uma vez, verificamos que, em todas elas, tanto a elaboração como os padrões de desempenho ficam a critério de cada professor. Em contrapartida, o calendário de avaliações e a utilização de provas individuais constam nas normas gerais da escola.

Especificamente em Filosofia, as provas eram compostas de *questões dissertativas*, referentes aos textos propostos. Avaliamos que as questões eram bem pontuadas, em acordo com os textos, mas poderiam muito bem constar de uma prova de graduação. Talvez o diferencial esteja no nível de resposta a ser elaborada. Além das provas periódicas, havia os *fichamentos* (espécies de resenhas a partir de

textos indicados pelo professor) e os *seminários* (debates em que grupos de alunos apresentavam oralmente trechos de um texto também indicado pelo professor).

Interessante relembrar um período de prova. Vejamos o dia 08 de maio de 2008, prova de Filosofia:

A turma tensa e silenciosa, em certo momento, quando o professor saiu da sala, imediatamente se movimentou – a maior parte deles levantou a cabeça. Alguns remexiam os resumos e anotações que estavam embaixo da classe, outros se viravam para perguntar aos colegas. Mas logo o professor chegou e todos já tinham a cabeça baixa e escreviam. Este sentado à frente, no entanto, pouco olhava para a turma e minha presença sequer inibiu as tentativas de cola, pouco discretas – uma menina chegou a pegar tranquilamente os papéis que caíram no chão. O professor saiu mais uma vez e a turma novamente relaxou e se mexeu por inteiro, como um imenso corpo que finalmente suspira. Alguém exclamou: – Tá todo mundo colando! Logo, o silêncio, mas alguns insistem: – Leia na página tal. – O que tem nesta página? – A resposta da questão 5! O professor entrou e chamando pelo nome de uma menina, em tom sarcástico, disse: – Sem consulta e individual! Mas era como se o dissesse para toda a turma.⁶

A maioria dos alunos tinha resumos e anotações, portanto, muito provavelmente tinham revisado o conteúdo para a prova. Pareceu-nos que a *cola* servia muito mais como segurança, pois, se era sabido o número da página em que se encontrava a resposta, havia-se estudado. Eles possuíam igualmente pequenos papezinhos com fórmulas de Física. A cola, assim como o próprio teste, parece hábito arraigado nessa cultura escolar. E não significa que os que colam não estejam preparados ou não saibam o conteúdo. Serve, antes, como anteparo à necessidade de conseguir a nota exigida. A avaliação, como é tratada nas escolas – seja pelos professores, seja pelos estudantes – torna-se mais um dispositivo de controle, junto à chamada e aos horários. Deixa de constituir uma prova da eficiência no ensino e torna-se padrão estatístico de sucesso. Nesse sentido, não pode ser vista, sequer pelos alunos, como um modo legítimo de verificação do nível de aprendizagem, mas tão-somente mais uma etapa formal da instituição escolar, um transtorno necessário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se entende por atividade filosófica – ou mesmo a negação da Filosofia como atividade – está a cargo de cada professor. Todavia, o que percebemos é que a avaliação se desencontra das perspectivas filosóficas que esses professores destacaram fortemente como suas. A avaliação vincula-se muito mais a questões práticas, do cotidiano escolar, como a necessidade de prestar contas e cumprir com cronogramas nem sempre engendrados com a participação desses professores. E tais termos aparentemente estão também incorporados nas práticas dos próprios alunos. Entendemos, no entanto, que a avaliação constitui forma essencial de acompanhamento sistemático

⁶ Trecho reproduzido do diário etnográfico elaborado nesta pesquisa.

do desenvolvimento de cada educando. Não pode ainda ser levada como formalidade escravizadora que é. Deve mostrar certa consonância com a perspectiva pedagógica, e no caso, filosófica, de cada professor. Em outras palavras, o processo avaliativo, ao contrário do que constatamos em nossa pesquisa, deve corresponder eminentemente ao fazer pedagógico e aos objetivos que o professor estabelece.

Pensamos que o problema da avaliação – e este é verdadeiramente um problema – não pode mais ser suscitado apenas quando cada professor entra em sua sala de aula ou se depara com a prova ou a dissertação já realizada. Desidério Murcho (2003) adverte que a avaliação, quando subjetiva, pode recair em injustiça, mas o que pudemos verificar através da pesquisa é que a avaliação tem-se restringido a critérios bastante pessoais e pouco fundamentados. Por outro lado, dificilmente se constituirá uma problematização mais densa sobre a avaliação, se os cursos formadores não tomarem para si tal questão. Os cursos de formação de professores de Filosofia, no Brasil, precisam voltar-se com mais ênfase sobre os processos avaliativos em Filosofia e desenvolvê-los através da pesquisa, da discussão teórica e das próprias práticas formativas vivenciadas em seu interior. Se as práticas formativas no interior dos cursos de licenciatura em Filosofia continuarem pautando-se na interpretação “miúda dos textos”, desconsiderando a possibilidade do exercício do pensamento filosófico dos estudantes, certamente no Ensino Médio a alteração das práticas de avaliação será semelhante. Como afirma Cerletti (2009, p. 56):

Um professor de filosofia não se “forma” tão somente ao adquirir alguns conteúdos filosóficos e outros pedagógicos, para então em seguida justapô-los. Em realidade, vai-se aprendendo a ser professor desde o momento em que se começa a ser aluno.

Os professores, dentro da sala de aula, no Ensino Médio, precisam de aparatos conceituais e experiências que justifiquem e orientem suas ações e seus critérios avaliativos. E mais: que lhes garantam uma crítica consistente à avaliação enquanto mero dispositivo institucional e a conseqüente possibilidade de torná-la um modelo justo, constituído de concepções filosóficas e educacionais também muito bem fundamentados.

MARÇAL, K. I.; TOMAZETTI, E. M. Class of Philosophy and evaluation. *Educação em Revista*, Marília, v. 12, n.1, p. 97-108, Jan.-Jun. 2011.

ABSTRACT: The debate on the teaching of philosophy increases and reinforces, especially after the effectuation of the legal course in Brazilian education. Despite the growing movement of discussions on methodologies, didactic teaching and learning, the issue related to evaluation in philosophy in high school is still an incipient

matter, if not nonexistent, both in elementary schools and in college degrees, apart from the lack of literature on this question. We believe therefore that the evaluation in philosophy is an underexplored theme and, this way, it is very fertile while agenda for issues concerning the teaching of philosophy. This paper outlines and analyzes the most recurrent forms of evaluation in philosophy pedagogical education practice in high school. Therefore, it questions the relationship between initial teacher training and school culture. The analysis is based on individual interviews both with teachers in public schools and ethnographic report drawn from observation in a high school class. Data are part of the research project Juvenile Culture and High School, developed from 2004 to 2009 at Universidade Federal de Santa Maria - RS.

KEYWORDS: Evaluation. Philosophy. High School.

REFERÊNCIA

- ARANTES, P. E. *Um departamento francês de ultramar: estudos sobre a formação da cultura uspiana (uma experiência nos anos 60)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- CERLETTI, A. *O ensino de Filosofia: como problema filosófico*. Rio de Janeiro: Autêntica, 2009.
- MUNHOZ, M. A. *Avaliação em Educação Especial*. 2005. 170f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Especial) – Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2005.
- MURCHO, D. Avaliação em Filosofia e subjectividade. *Revista Crítica na Rede*, jun. 2003. Disponível em: <http://criticanarede.com/fil_avaliacao2.html>. Acesso em: 13 mar. 2010.
- PÉREZ GÓMEZ, A. I. *A cultura escolar na sociedade neoliberal*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- PIMENTA, A. O ensino de Filosofia no Brasil: um estudo introdutório sobre sua história, método e perspectiva. *Cadernos da FUCAMP*, Monte Carmelo, v. 6, jan./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.fucamp.edu.br/wp-content/uploads/2010/10/4º-ALESSANDRO-PIMENTA1.-O-ENSINO-DE-FILOSOFIA-NO-BRASIL.pdf>>.
- PROVETTI JUNIOR, J. Ensaio sobre a disciplina de Filosofia no Ensino Médio: desafios da avaliação da aprendizagem. *Revista Espaço Acadêmico*, ano 8, n. 88, set. 2008. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/088/88provetti.htm>>.

MARÇAL, K. I.; TOMAZETTI, E. M.